

SISTEMA RESTAURATIVO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

O grande desafio para a implantação do sistema de convivência nas escolas está na necessidade de fazer circular o poder e dar igual participação a todos para igualmente contribuírem com soluções para os temas de interesse desde meras discordâncias até as questões que envolvem a violência escolar em todas as suas modalidades.

Sabe-se que a escola não é a primeira e nem a única agência formadora. As famílias, que tem a atribuição de educar, estão em processo de mudanças, vêm apresentando novas configurações. Não raras vezes familiares são vistos como incapazes de cumprir suas funções. Há situações em que os preconceitos, abusos e má compreensão estão entre os inúmeros problemas envolvendo familiares, discentes, equipes docentes, técnicas e de apoio, tornando as relações confusas e conflituosas ao invés de relações pautadas em apoio e compreensão mútuos.

A convivência escolar implica em (e depende da) qualidade das relações interpessoais estabelecidas, participação, habilidade para gerir e resolver conflitos, sistema disciplinar e normativo, gestão do clima da aula. Os problemas familiares tornam-se conflitos interpessoais, indisciplina, maus tratos entre alunos e até o vandalismo e a delinquência.

Goleman afirma que a aprendizagem social e emocional complementa a vivência acadêmica e, para o autor, a soma de ambas é o que se tem denominado por educação integra da criança. A resiliência na vida e no aprendizado, ainda segundo o autor, advém das competências do autodomínio.¹

Somente com a prática de programas de educação emocional, bem como de treinamentos para a Resolução de Conflitos, poder-se-á como adverte Alzate², envolver as habilidades em todos os níveis de interação dentro da escola, através de seus programas escolares (de prevenção, gestão e resolução de conflitos).

O modelo que inclui a todos, de forma integral e sistêmica, adquire consistência, por não tomar situações específicas de resolução de conflitos, mas por ter como objetivo provocar real e sustentável mudança no sistema escolar, que perdure no tempo, que seja um modelo construtivo e pacífico de convivência e que seja um dispositivo para a prevenção, gestão e a resolução de conflitos. É integral por abranger a todos e sistêmico por considerar a interconectividade e interdependência entre todos, sendo necessária a participação não somente dos docentes, discentes e demais equipes, mas também da comunidade e da própria sociedade, já que todas as esferas estão interligadas, seja a família, a escola ou a comunidade.

Ao se organizar partir de um sistema de convivência, com regras de convívio claras, priorizando o respeito e o cumprimento dos direitos de cada um, afastando qualquer prática abusiva, em regra os episódios envolvendo violência passam a ser

¹ GOLEMAN, Daniel. SENGE, Peter. O Foco Triplo. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Ed. Rio de Janeiro. Objetiva. 2015.

² ALZATE, Ramón, *in* Resolución de conflictos en la escuela. Ensayos e Experiencias.

esporádicos. Com a adoção de um sistema de convivência, a prática da mediação, dos Processos Circulares, das Conferências de Grupo Familiar/Círculos Restaurativos ou de quaisquer outras ferramentas de desconstrução, transformação e/ou resolução dos conflitos, reduz a incidência de conflitos pela melhoria da qualidade da comunicação.

O processo de implantação deve ser abrangente, ético e deve empoderar alunos e professores para assumirem a responsabilidade sobre suas ações e sobre suas escolhas. A partir dele colocar-se-á em prática o binômio inseparável “direito-deveres”. Para que a escola desempenhe um papel que vai além da transmissão do conhecimento, é de fundamental importância compreender as dinâmicas relacionais, os conflitos e a violência no contexto da escola.

Qualquer processo de implantação de sistemas restaurativos impõe a participação da escola inteira para gerar resultados sólidos e sustentáveis. É necessário seguir algumas etapas, conforme descrição a seguir:

Avaliação preliminar e desenho: etapa inicial necessária para a reflexão acerca de questões como: por que adotar um projeto de convivência escolar; objetivos gerais e específicos a serem alcançados, identificação de obstáculos a serem superados e as possíveis formas para tanto; esclarecimentos necessários; ações a serem implementadas em relação ao projeto, tais como a definição dos níveis em que ocorrerá a implementação do projeto e a forma de financiá-lo; a avaliação dos demais recursos necessários, tais como tempo, dinheiro, recursos humanos a serem alocados no projeto. A importância desta fase deve-se também a avaliação da viabilidade do projeto.

Difusão e compromisso fase em que se dá o necessário contato institucional, com vistas à sensibilização do grupo, apresentação do desenho preliminar definido para o projeto, definição dos passos necessários à sua implementação (o que pode se dar por meio de uma “jornada de sensibilização”, com vistas ao comprometimento de todos, sejam diretores, docentes e demais pessoas que atuam dentro da escola); difusão da síntese do desenho do projeto tanto no âmbito escolar, quanto junto aos pais dos alunos, para que conheçam os objetivos e as ações necessárias à sua implantação. Nesta fase deve ocorrer a criação de uma comissão de convivência, integrada por todos os que queiram buscar o alcance dos interesses e metas estabelecidos para o programa, inclusive alguém da comunidade. Esta fase busca esclarecer todos os aspectos do programa e obter apoio de todos e tem primordial importância para a efetividade do projeto. É uma fase de sistematização, de apoios, conquista de comprometimento das pessoas e obtenção de recursos que venham a sustentar o projeto.

Formação e Capacitação fase de capacitação do professorado para atuar consoante o programa. Uma sólida capacitação dos diretores e docentes é fundamental para o projeto. A capacitação deverá envolver: curso introdutório na abordagem construtiva de conflitos; linguagem não violenta; negociação colaborativa e ferramentas comunicacionais, tais como escuta ativa, parafraseio, perguntas, entre outras. Esta fase em que se capacita, é também a etapa da mudança de atitude, o que serve para construção de uma base sólida para o desenvolvimento do projeto ao longo do tempo.

Desenho do plano global de convivência O projeto de convivência escolar, conforme esclarece ALZATE³ pressupõe a condução simultânea de:

(i) programas curriculares, de forma que, progressivamente, passem os currículos escolares a incorporar, conceitos e habilidades de resolução de conflitos, mediante a realização de curso independente ou por unidades incorporadas ao programa, de forma que possam ser introduzidos os conceitos e desenvolvidas as habilidades necessárias para a resolução dos conflitos;

(ii) sistema disciplinar: programa de mediação entre companheiros de resolução de conflito, para os momentos em que surgirem problemas difíceis de serem tratados e que poderiam ser manejados por meio dos programas de mediação;

(iii) transformação pedagógica: transformação da relação pedagógica visando reforçar o aprendizado das habilidades de resolução de conflitos, passando ao aprendizado cooperativo (estudantes trabalham em pequenos grupos com objetivo de produzir aprendizado compartilhado)⁴ e a controvérsia acadêmica (os professores podem utilizar o conflito nas relações pessoais para motivar a turma e provocar reflexão). Deve-se considerar que o aprendizado quando fundado em vivências pessoais dos alunos torna-se mais consistente;

(iv) intervenção no clima escolar: pelo comprometimento de todos os protagonistas, sejam os alunos, os professores, diretoria da escola e demais pessoas de todos os níveis hierárquicos, os pais e família dos alunos, a igreja (ou instituição similar) e a comunidade, apreendidos os conceitos e habilidades de resolução de conflitos.

Desenvolvimento: fase em que se desenvolvem as atividades a serem executadas e os programas, consoante o desenho definido para o projeto. A instalação do centro de mediação, após o treinamento dos alunos (e também dos pais e demais membros da vida social das crianças); organização do centro de mediação, definição da equipe, divulgação dos horários, dos espaços alocados para atividades de mediação, dos turnos e das regras a serem seguidas.

Acompanhamento e avaliação: fase em que são feitas avaliações periódicas relativas ao acompanhamento e supervisão das atividades dos mediadores, reuniões periódicas para retroalimentação dos trabalhos, treinamentos sucessivos, medições quanto ao alcance do programa e eventuais necessidades de adequações.

Nesta fase é feita a avaliação quanto ao alcance dos objetivos e metas traçadas e é o momento ideal para a implantação das ações corretivas.

³ ALZATE, Ramón, *in* Resolución de conflictos en la escuela. Ensayos e Experiências. 24, 44-63.

⁴ Op Cit